

Gigante Bobo e França Tropical

MAIS UMA SURPRESA: COM LULA, PODEM AUMENTAR CHANCES DE
ACORDO COM EUA

MARCELO DE PAIVA ABREU

As discussões sobre a integração econômica do hemisfério ocidental freqüentemente deixam de levar em conta as peculiaridades do conjunto de países do hemisfério quando comparados aos integrantes de outras iniciativas de integração similares. As características dominantes são o peso da economia dos EUA, comparado ao da de seus vizinhos e ao tamanho diminuto de um grande número de economias no Caribe e na América Central. A economia dos EUA representa quase 69% do PIB agregado de uma futura Alca e mais de 76 vezes o tamanho médio das demais 33 economias a compor a iniciativa. A segunda maior economia do hemisfério, o Brasil, tem um PIB da ordem de um oitavo do PIB norte-americano. Em contraste, o PIB da Alemanha é apenas 23% do PIB da Europa dos 15, e pouco mais de quatro vezes o tamanho médio dos seus outros 14 membros. Outros três membros, França, Reino Unido e Itália têm economias da ordem de dois terços da economia alemã.

Não é de se admirar que a diplomacia econômica brasileira tenha tido de enfrentar, desde 1990, uma seqüência de negociações em que, de um lado, se coloquem os EUA, com seu poder de barganha descomunal, e de outro, um grande número de pequenas economias, com comércio concentrado nos EUA, quase todas alvorçadas para aderir à Alca. A reticência do Brasil quanto à Alca tem raízes no tamanho da sua economia, na diversificação geográfica de seus interesses econômicos e no seu legítimo objetivo de não condicionar a política externa a alinhamentos regionais. Esta reticência brasileira quanto à integração hemisférica, a menos que os EUA melhorem significativamente o acesso a seus mercados, tem enfrentado críticas, tanto em Washington como em muitas outras capitais do hemisfério. Críticas que têm sido repercutidas por analistas do mercado financeiro, acadêmicos e funcionários de organizações internacionais, segmentos nos quais há uma sub-representação de brasileiros e que têm certa dificuldade de compreensão do que possa ser uma política externa formulada em bases efetivamente globais. O auge da disseminação do paradigma do Brasil como "gigante bobo" ocorreu no período de glória do experimento cambial argentino, com a volatilidade brasileira sendo comparada desfavoravelmente à solidez do vizinho. Depois da *débâcle* argentina houve notável ausência de autocritica por parte de analistas cujas previsões acabaram sendo frontalmente frustradas pela realidade.

Bater no Brasil, "Brazil bashing", andou rivalizando com "France bashing", nos círculos políticos norte-americanos mais chauvinistas. O Brasil, tal como a França, seria exímio na arte de criar obstáculos ao pleno exercício do poder de barganha dos EUA. É como se o País tivesse de purgar a culpa de ter uma diplomacia competente e de ser relativamente grande. O quadro foi complicado pela deterioração das relações bilaterais Brasil-EUA ao mais alto nível. Os contrastes entre um presidente poliglota e outro com dificuldades monoglotas, o famoso discurso de Fernando Henrique criticando os EUA pós-11/9 na Assembléia Nacional francesa, possíveis inconfiências à imprensa, envenenaram as relações com Washington nos meses finais da gestão tucana.

É difícil imaginar que, caso eleito, José Serra, também intelectual e menos simpático do que FHC, pudesse ter revertido significativamente esta situação. Entretanto, a eleição de Lula pode marcar uma evolução importante das relações bilaterais Brasil-EUA por razões algo surpreendentes. A visita do presidente eleito foi um sucesso que pareceu exceder o alívio norte-americano de poder trocar de interlocutor. Aparentemente houve afinidade pessoal entre os presidentes, embora a linha divisória entre desejo e fato seja ainda muito pouco clara. Há certamente em Washington um clima de euforia algo descolada da realidade quanto às novas oportunidades criadas pela eleição de Lula. É certo que a eleição de Lula contribuiu para relativizar o estereótipo de um Brasil grande e injusto. Ter um presidente com escolaridade modesta e origens paupérrimas mostra que há mobilidade no País e, portanto, esperança de que haja redução de desigualdades.

Mas as diferenças entre o Brasil e os EUA quanto à política comercial permanecem sabidamente inalteradas. O sucesso de negociações, tanto no âmbito hemisférico, como no quadro bilateral, depende essencialmente da atratividade da proposta apresentada pelos EUA de acesso a seu mercado. Tal como

explicitada recentemente, na Farm Bill, nas condicionalidades implícitas na Trade Promotion Authority e nas salvaguardas que afetaram os produtos siderúrgicos, a política comercial dos EUA esteve dramaticamente condicionada pelo fisiologismo ("pork barrel", dizem eles), em parte devido ao delicado equilíbrio entre republicanos e democratas no Congresso. A capacidade de o governo dos EUA formular ofertas de acesso que envolvessem produtos sensíveis parecia irremediavelmente comprometida. Como o Brasil está interessado exatamente nos produtos sensíveis, o caminho da Alca parecia bloqueado. Entretanto, a vitória eleitoral republicana nas eleições de novembro poderá ter tomado possível alguma flexibilização da política comercial norte-americana. A pergunta a responder é se o capital político decorrente da melhoria das relações bilaterais, combinado ao novo equilíbrio político nos EUA, viabilizará uma proposta significativa de acesso por parte dos EUA, condição necessária para viabilizar a Alca.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio